

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A COMPREENSÃO DE CONFLITOS: UMA PROPOSTA DE AULA SOBRE A DES- TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO HORTO

Flavia Tostes ¹
Juliene Lemos Saback ²
Victor Yamamoto do Vale Quaresma ³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo propor um roteiro de aula de educação ambiental para turmas do 1º ano do Ensino Médio, a fim de analisar e observar os conflitos territoriais a partir da dinâmica de Re-existência, no qual se inserem os moradores da Comunidade do Horto, frente aos sujeitos que tencionam territorializações, como o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico e a Associação de Moradores do Jardim Botânico, para remoção das famílias que se encontram no bairro há pelo menos 200 anos. A metodologia para construção da pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico, bem como na realização de um roteiro de atividade de acordo com as orientações da BNCC. Espera-se, portanto, que este trabalho possa fortalecer a luta dessas e de outras populações por direito à moradia e liberdade, contribuindo, assim, para um olhar multiescalar e multirracial dos projetos que são propostos, principalmente no que tange às remoções de comunidades tradicionais.

Palavras chave: Território, Des-territorialização, Territorialidade, Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A comunidade do Horto encontra-se na zona sul do Rio de Janeiro, entre os bairros da Gávea e Jardim Botânico, mais especificamente atrás do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ). Localizada aos pés do Cristo Redentor e muito próximo às praias da Zona Sul carioca, o bairro do Jardim Botânico abriga um dos metros quadrados mais caros da cidade. Além disso, o bairro, tido como nobre, abriga ainda a sede da Rede Globo, a maior instituição midiática do país.

A partir da década de 1980, o IPJBRJ vem reivindicando a ampliação de sua área a qual situa-se a Comunidade do Horto, que se insere nesta localidade desde antes da construção do Instituto. Injustamente chamados de invasores, os habitantes do Horto possuem raízes profundas com o território que ocupam e sua maioria é composta pela classe trabalhadora, cujo moradores contribuíram com a construção do bairro e do Parque Jardim Botânico e, hoje, apenas querem garantir seu direito aos serviços básicos de habitação. Com isso, um conflito

¹ Mestranda do Curso de População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Estatísticas - ENCE/IBGE, tostes_flavia@hotmail.com;

² Mestranda do Curso de População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE, julieneacademico@gmail.com;

³ Mestrando do Curso de População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE, vyquaresma@gmail.com;

que perdura por aproximadamente 40 anos, acende importantes discussões acerca do direito à moradia, ao espaço vivido e à apropriação do território.

Segundo Henri Acselrad (2004), o consenso de valorização imobiliária de regiões com áreas verdes como prática estratégica de atores responsáveis pela produção do espaço urbano, segue alinhado ao bairro do Jardim Botânico que está inserido em uma área de reflorestamento de Mata Atlântica, do Parque Nacional da Tijuca, o que o torna ainda mais atrativo para especulação imobiliária, colocando o discurso ambiental com um novo sentido de capitalização e uma nova percepção ambiental da cidade.

O Jardim Botânico e a Comunidade do Horto estão localizados na região da Floresta da Tijuca, considerada a maior floresta urbana reflorestada do mundo, apresentando uma rica biodiversidade do bioma Mata Atlântica, considerado um *hotspot* por abrigar uma imensa quantidade de espécies endêmicas. Por essa peculiaridade, o conflito social torna-se ambiental, onde ambos os sujeitos dos conflitos instrumentalizam o discurso ambiental para articular estratégias para domínio do território.

Nesse sentido, levar este caso de conflito para aulas de educação ambiental se torna extremamente interessante para que os alunos consigam compreender que além da abordagem sobre o ambiente natural do local, o que pode ser observado ainda é que as forças do capital, através da especulação imobiliária, são capazes de se apropriar de territórios de comunidades tradicionais.

De acordo com a LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, aborda em seu Art.4, em um de seus princípios básicos “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.” (PLANALTO, 1999)

Portanto, o trabalho tem o objetivo propor uma aula de educação ambiental com a finalidade de analisar e observar os conflitos territoriais a partir da dinâmica de R-existência dos moradores da Comunidade do Horto, frente aos sujeitos que tencionam territorializações para remoção das famílias que se encontram na Comunidade há pelo menos 200 anos.

A proposta dessa atividade justifica-se pela necessidade de entendimento sobre a realidade estudada à luz do conceito de território, na medida em que ele servirá como um instrumento de interpretação e de ressignificação das relações de saberes e fazeres. Assim, compreende-se aqui o território como um local de luta e R-Existência na busca por melhores condições de vida e em prol de afirmar seus saberes e identidades, em um espaço que possam construir e definir suas territorialidades, na qual o território representa as práticas, sentidos e as sensibilidades dos sujeitos. (PORTO-GONÇALVES, 2011).

METODOLOGIA

O presente trabalho está ancorado em uma pesquisa bibliográfica que buscou analisar aspectos relacionados com a questão do território e de conflitos socioambientais entre a Comunidade do Horto e do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro para que, assim, se pudesse propor uma aula de educação ambiental com alunos do 1º ano do Ensino Médio, seguindo as orientações indicadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para melhor abordar a questão do conflito da Comunidade do Horto e seu entorno, será necessário que os alunos tenham estudado previamente os conceitos de território nas aulas de Geografia, a fim de compreender as questões que estão relacionadas com natureza e sociedade, para que possam analisar o local que será observado.

Foi realizado ainda um levantamento histórico-geográfico, bem como uma prática de campo, no qual tornou-se possível coletar imagens fotográficas da localidade, para ampliar a compreensão das dimensões físicas e sociais do lugar, com o propósito de apresentar aos alunos uma visão de como se encontra o seu ordenamento espacial.

Desta forma, esta proposta de roteiro de aula pretende desenvolver 4 etapas para realização da aula de educação ambiental, no qual contarão com: apresentação do conflito; debate sobre a temática; criação de um plano de mediação de conflito e apresentação do plano.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pode-se dizer que o termo conflito diz respeito à contradição de ideias, de pensamentos. Existe um conflito quando atores envolvidos em determinado assunto divergem de opinião e assim um embate acaba acontecendo entre as partes. Quando o conflito está relacionado a questões ambientais e sociais, trata-se então de um conflito socioambiental, na análise de Carvalho & Scotto (1995). O conflito socioambiental se apresenta como um conflito social que expressa uma luta entre interesses opostos, que disputam o controle do uso de um ambiente comum ou de recursos ambientais.

Um dos conflitos socioambientais que se tem ciência atualmente vem ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Jardim Botânico e traz a questão ambiental como uma fachada para uma questão muito maior que isso, já que não é apenas o meio natural que está sendo tratado. Percebe-se que há uma questão fundiária no local, pois há um interesse de reintegração de posse de uma grande área por parte do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ) para ampliação de sua área de pesquisa e implementação de coleções de plantas, junto a uma comunidade de famílias que vivem por mais de um século na

região que se encontra dentro do perímetro da área que pertence à Instituição, a Comunidade do Horto. Esse pedido de reintegração de posse se iniciou na década de 1980.

Também há um interesse por parte da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico (AMAJB) em tipificar a área habitada pelos moradores do Horto como uma área de invasão, mesmo havendo documentos históricos que comprovam que na região nunca houve invasão, mas sim instalação de residências para trabalhadores desde a época em que no local havia uma fazenda de café, depois de uma fábrica e, após, de trabalhadores do próprio Jardim Botânico (FIOCRUZ, 2018). Essa instalação de residências para os trabalhadores ocorreu pelo fato de que a localização era muito distante das áreas residenciais da cidade na época.

A partir dos anos 2000, a AMAJB começa a intervir no processo de desapropriação das casas afirmando que as mesmas contribuem para um processo de degradação ambiental já que houve uma invasão de moradores na área e que estes contribuíram para o desmatamento e poluição do local (MAGALHÃES, 2016). Conforme imagens feitas em maio de 2020, pode-se perceber que os moradores do Horto têm todo um cuidado com a questão ambiental.

Nota-se ainda que há uma valorização da região, que vem se tornando um dos metros quadrados mais caros da cidade do Rio de Janeiro, abrigando grandes mansões e o setor de jornalismo de uma das maiores empresas de comunicação do Brasil, a Rede Globo, que também colabora através de reportagens para a desqualificação da comunidade dizendo, inclusive, que está favelizando a região. Este conflito entre as partes fica claro quando Magalhães (2016) aponta que:

Dos atores mais diretamente envolvidos no conflito é possível identificar dois posicionamentos mais claros: pró e contra as remoções dos moradores. De um lado, o IPJBRJ apresenta como argumentos a necessidade de expansão do arboreto e da área de visitação, a AMAJB acusa os moradores de degradarem o meio ambiente poluindo o Rio dos Macacos, enquanto as organizações Globo, através de seus veículos de comunicação trata de desqualificar os moradores (tratados nas reportagens como “invasores”) e a comunidade (nomeada pelo jornal como “favela do horto”). De outro lado, os moradores do Horto, através de sua associação, vêm buscando garantir o seu direito à moradia, com apoio de alguns colaboradores como a historiadora Laura Oliveiri Souza (que realizou um denso estudo sobre a memória do local) e o deputado Edson Santos (PT), irmão da presidente da associação e ex-morador do local. Numa posição relativamente mais neutra, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), legítima gestora das terras, vem se esforçando para solucionar o conflito considerando a sua atribuição de zelar pelo patrimônio e ao mesmo tempo cumprir o princípio constitucional de garantia da função social da terra.

Tendo em vista toda essa discussão acima exposta, nota-se que o conflito não é apenas referente às questões ambientais. Não se trata somente de proteger o espaço verde que se encontra no meio da floresta. Também pode-se pensar que há uma intenção de apropriação do espaço urbano com fins de especulação imobiliária, já que a área ocupada pela Comunidade do Horto se encontra em uma região extremamente valorizada da cidade do Rio de Janeiro. O que

também chama atenção, neste caso, é que o perímetro do IPJBRJ cobre uma grande área do entorno das divisas atuais do Instituto, incluindo áreas de construção de casas de classe média alta.

Percebendo que há uma grande força de interesses especulativos relacionados aos atores hegemônicos, Haesbaert (2011), baseado em Foucault, compreende que toda relação social é também uma relação de poder, poder não apenas repressivo, mas também produtivo. Se os espaços são espaços de exercício de poder, deve-se responder “como ele se exerce” e não “o que é”. Dessa forma, a questão fundamental que se coloca é como o poder se exerce, tanto no âmbito estatal-administrativo (atores hegemônicos) – aqui representados pelo IPJBRJ e a Associação dos Amigos do Jardim Botânico (AAJB) - quanto pelos atores não-hegemônicos envolvidos – Associação de Moradores do Horto (AMAHOR) e Associação de Moradores do Jardim Botânico (AMAJB).

Considera-se assim que o território não envolve unicamente o poder tradicional hegemônico, mas que inclui o poder político dos atores sociais. Haesbaert (2011) baseado em Lefebvre compreende que os processos de dominação estão atrelados às dinâmicas mais concretas, de valor de troca, enquanto que os de apropriação seriam relacionados aos processos mais simbólicos, do vivido, ao valor de uso. O território, dessa maneira, coloca o foco nas dinâmicas e problemáticas impostas ao espaço, analisando as relações de poder na sua forma material e imaterial. Como se observa, no caso da Comunidade do Horto, os processos de dominação impostos pelo IPJBRJ e AAJB invadem as relações da comunidade, refazendo e interferindo, nas construções identitárias desse grupo, ou seja, interferindo no vivido dessa comunidade.

Ao mesmo tempo que o território traz os simbolismos dos atores sociais (vivido), pode transmitir também as imposições dos grupos hegemônicos (concebido) (RUA, 2007). Nesse sentido, o IPJBRJ e AAJB trazem consigo esse discurso de imposição, a partir do momento que negam a posse de terras aos moradores da Comunidade do Horto, os colocando como invasores (MAGALHÃES, 2016). Este discurso é reafirmado pelo Estado, a partir de órgãos públicos que apoiam as remoções, mas principalmente por veículos de comunicação como a Rede Globo (empresa situada próxima a comunidade), que reforça esse discurso e os coloca em circulação sem questionamentos ou compreensão da história local.

Segundo Sack (1986), a “territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social.” Ela está presente como estratégia de controle de pessoas e coisas, nos territórios políticos, na propriedade privada, e vai estar presente ainda em momentos no cotidiano. Essas estratégias são perceptíveis entre os atores hegemônicos e Comunidade do Horto. Os moradores

da comunidade afirmam sua identidade histórica, pois as gerações de famílias de funcionários e descendentes de funcionários da antiga fábrica e do Jardim Botânico construíram uma comunidade nos arredores do parque, com autorização (formal e informal) das diversas administrações do Jardim Botânico ao longo do tempo. Entretanto, os grupos hegemônicos (IPJBRJ, AAJB) projetam territorialidades a partir da marginalização/favelização (simbólico) dos indivíduos da comunidade, e jurídico (concreto) onde tentam a partir do Estado invalidar a posse de terra dos moradores, tentando promover a remoção da comunidade de forma legal. Esse processo de reassentamento da Comunidade do Horto desterritorializa seus saberes, identidades, retirando o lugar de pertencimento, que não apenas retira seu direito de habitação, mas também priva suas afetividades com o espaço a qual estão por gerações.

Observa-se assim, que a Comunidade do Horto vivencia um processo de desterritorialização tanto no sentido simbólico-cultural como no político-econômico. Isto nos leva diretamente à discussão de Haesbaert (2011), quando relaciona desterritorialização à exclusão social, sendo a privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica). Dessa forma, segundo o autor, a desterritorialização em seu aspecto social, é quando os grupos, de fato, perdem o seu referencial simbólico, seu abrigo e local de sobrevivência.

Todo esse processo de enquadrá-los como invasores e de reassentamento da comunidade foi pautado pela racionalidade econômica, que se respalda em um discurso de ampliação das reservas (fauna e flora) do Jardim Botânico que carrega como premissa um discurso ecologicista, no entanto, caracterizado por eles como um processo necessário para o desenvolvimento sustentável.

As remoções propostas à Comunidade do Horto são o resultado de uma cadeia causal e de um círculo vicioso que atua em prol da preservação dos recursos naturais e de um suposto desenvolvimento sustentável. Associando, assim, degradação-probreza-remoções induzido pelo caráter excludente das forças dominantes. Contudo, esses sujeitos R-Existem, diante de todo o processo de remoção e exclusão que são submetidos. Em meio às remoções realizadas na Comunidade do Horto percebe-se a exclusão das classes mais pobres. A invisibilidade desses sujeitos acarreta movimentos de R-existências que reivindicam a autonomia pelo território, direito à sobrevivência, direito à diversidade cultural e à qualidade de vida.

Os conflitos ambientais são assuntos que podem ser tratados em sala de aula a fim de levar aos estudantes um ponto de vista mais abrangente no que diz respeito aos processos de formação dos territórios. É possível observar no documento orientador da educação básica, a

Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para o ensino de Ciências Humanas e Sociais do Ensino Médio, que entre as competências específicas, o aluno deve desenvolver habilidades de

"identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos." (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p. 560, 2017)

Nesse entendimento acerca das questões relacionadas ao território, a BNCC também especifica a necessidade de “ analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p. 561, 2017)

A problemática ambiental é uma das principais preocupações da sociedade moderna, desencadeando, por isso, uma série de iniciativas no sentido de reverter a situação atual de consequências danosas à vida na terra. Como colocado por Rachel Carson no seu livro *Primaveira Silenciosa* (1986), devemos buscar métodos não destrutivos da natureza, considerando todo o conhecimento científico que se tem sobre o que ocorreu no passado. Apesar de todas essas abordagens novas, devemos ter a consciência de que estamos lidando com vidas e ter cuidado com esse “controle da natureza”, pois as armas químicas contra os insetos são armas contra nós mesmos, e a Terra.

A Educação Ambiental, portanto, busca contribuir para sensibilizar as sujeitos sociais sobre seu papel como elemento central de ação e transformação nos processos socioambientais. Segundo Enrique Leff (2016), esse processo de sensibilização mobiliza a participação dos cidadãos na tomada de decisões, junto com a transformação dos métodos de pesquisa e formação, a partir e uma ótica holística e enfoques interdisciplinares e não como uma coleção de partes dissociada.

No Brasil a educação ambiental foi regulamentada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabelece e define seus princípios básicos, incorporando oficialmente a Educação Ambiental nos sistemas de ensino.

Contudo, na realidade do ensino formal a educação ambiental ainda não cumpre o seu papel, tanto do ponto de vista de educacional (nível didático) como de seu tratamento interdisciplinar (nível epistemológico). Segundo Grynszpan (1999), a persistência de um ensino básico tradicional, abstrato e compartimentado, não tem encorajado a análise dos problemas locais.

SERRANO (2003) coloca que o grande desafio do descompasso entre teoria e prática que os temas transversais tem enfrentado poderá ser rompido a partir do momento em que os projetos forem simples, objetivos, ajustados à vivência do cotidiano casa-escola-comunidade do educando, desenvolvidos interdisciplinarmente, com uma fundamentação teórica por parte dos educadores e o rompimento com o modelo educacional cartesiano, dando espaço para o questionamento e a reflexão, que são próprios desses temas.

Portanto, a abordagem de temáticas socioambientais durante as aulas se faz extremamente necessária para que se possa desenvolver o senso crítico dos alunos perante os processos de construção das sociedades. Assim, pode-se perceber que a educação ambiental não quer abordar apenas sobre as questões sobre preservação da natureza, mas também se importando com as memórias coletivas, os saberes e as culturas desenvolvidas nos territórios pelas comunidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho buscou criar uma proposta de roteiro para uma aula de Educação Ambiental, para turmas do 1º ano do Ensino Médio, que pudesse contribuir com as discussões sobre as relações entre sociedade e seus territórios. Desta forma, foi necessário pensar nas etapas para apresentar o cenário a ser analisado.

Para ter um melhor embasamento acerca da situação em que se encontra a Comunidade do Horto, a Floresta da Tijuca, o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico e o Bairro do Jardim Botânico, foi realizada uma visita prévia dos autores ao local, no qual foi possível observar com maior parcimônia as estruturas do bairro e das casas da localidade. Com isso, foram obtidas imagens que possibilitam verificar um pouco dessa perspectiva. Conforme a imagem a seguir, é perceptível que a Comunidade do Horto tem uma relação de preservação da memória e do meio ambiente.

Imagem 1: Comunidade do Horto



Fonte: autoria própria

É preciso lembrar que as aulas de educação ambiental são previstas para serem realizadas em um contexto interdisciplinar. Logo, é possível sua aplicabilidade com 1 ou mais professores, a fim de criar uma aula bastante abrangente, que permita a aprendizagem de disciplinas como Geografia, Sociologia, História, entre outras.

Para realização da atividade propõe-se a utilização de um total de 200 minutos de aula (4 tempos de 50 minutos), dividindo em 4 etapas, buscando conciliar conteúdo teórico com atividade prática.

A proposta se inicia com a apresentação da Comunidade do Horto, do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do bairro onde estão localizados, bem como do conflito existente, que poderia ser realizada a partir da projeção de slides.

Logo após a apresentação, seria realizado um debate entre a turma a fim de verificar qual foi a compreensão acerca da temática, através da mediação de 1 professor (a) ou professores participantes da aula.

Como sequência da aula de EA, propõe-se uma atividade de avaliação, no qual sugere-se que os alunos, separados em grupos, desenvolvam estratégias de mediação de conflitos. Desta forma, deseja-se observar qual a percepção acerca das questões relacionadas com o território que se encontra em disputa.

Para finalizar a proposta do roteiro, prevê-se a apresentação do plano de mediação do conflito dos grupos de alunos. Para apresentar seus trabalhos, eles poderão utilizar recursos visuais como cartolinas, slides ou até mesmo encenação teatral. Porém, outros recursos podem ser usados também, tudo conforme a disponibilidade encontrada na escola.

É sabido que muitas vezes as escolas não possuem equipamentos eletrônicos para atenderem as demandas de atividades com a utilização de projetores, por exemplo. Neste caso,

é possível que se realize esta atividade com os slides de pelo menos as imagens da localidade do conflito impressos, bem como imagens de jornais, livros ou revistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresenta-se uma proposta de roteiro de aula de educação ambiental pré-estabelecido pelos autores, entretanto, ele é apenas uma orientação a ser seguida ou apenas uma ideia de atividade a ser proposta no ensino formal, mas que também pode ser adaptada para o ensino não-formal.

A partir dele, pretende-se desenvolver a compreensão do processo de des-territorialização vivenciado pela Comunidade do Horto, observando que ele é multiescalar e envolve forças e interesses específicos, que objetivam o reassentamento desse grupo em prol de uma suposta redução dos impactos ambientais e por uma melhoria nos recursos ambientais.

O discurso imposto à Comunidade do Horto objetiva marginalizar esses sujeitos, a partir do momento que os seus referenciais simbólicos são ocultados e seus saberes e fazeres são resumidos a um processo de favelização, acarretando neste território os processos de injustiças ambientais, que se configuram a partir da relação degradação-pobreza-remoções. Entretanto, esses grupos R-Existem e lutam em prol de afirmar seus saberes, na busca por definirem suas territorialidades, na qual o território representa as práticas, sentidos e as sensibilidades dos sujeitos que lá residem.

Ao mostrar a realidade da Comunidade do Horto, procura-se evidenciar como a identificação territorial como possibilidade de transformação social, fortalecem os movimentos de R-existência. Acredita-se que o processo de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável devem incluir os sujeitos sociais nos projetos de desenvolvimento dos territórios e não os caracterizar como invasores. Procura-se evidenciar e fortalecer a luta dessas e de outras populações por mais direito e liberdade.

A educação ambiental, portanto, cumpre seu papel de costurar os laços entre a sociedade/meio ambiente/economia como uma relação justa. Contribuindo, desta forma, para um olhar multiescalar socioambiental dos projetos que são propostos, principalmente no que tange às remoções de comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_ambaixa_site_110518.pdf> Acesso em 13 de out. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a **Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, v. 79, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso em: 10 de out. 2021.
CARVALHO, Izabel. et al. Roteiro Metodológico. In **Conflitos Sócioambientais no Brasil**. Vol I, CARVALHO, Isabel Cristina de Moura & SCOTTO, Gabriela. org. Rio de Janeiro. IBASE; 1995.

GRYNSZPAN, D. **Educação em saúde e educação ambiental: uma experiência integradora**. Cad. Saúde Pública, 1999, vol.15 supl.2, p.133-138.

HAESBAERT, R. **Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da desterritorialização contemporânea**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 1-15.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MAGALHÃES, J. E. P. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RJ-Comunidade do Horto Florestal luta contra a especulação imobiliária e remoção do Jardim Botânico, 2018. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-comunidade-do-horto-florestal-luta-contr-especulacao-imobiliaria-e-remocao-do-jardim-botanico/>> Acesso em: 17/07/2021.

RUA, J. **Desenvolvimento, espaço e sustentabilidade**. In: RUA, J. (org.) Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007, p.143-194.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. CUP Archive, 1986.

SERRANO, C. M. L. **Educação ambiental e consumerismo em unidades de ensino fundamental de Viçosa-MG**. Dissertação (mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa: UFV, 2003. 91p.